



Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13 - 14
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações de resultados	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20 - 67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como, sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites que qualidade dos serviços prestados.

1 Mensagem à Sociedade

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias a partir do ano de 2010. A CCR SPVias administra 515,68 quilômetros de rodovias por onde trafegam diariamente mais de 68 mil veículos. O Sistema integra trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Shincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), beneficiando, além dos usuários, uma população lindeira de aproximadamente 820 mil habitantes. Essas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A CCR SPVias opera o Lote 20 do Sistema de Concessão Rodoviário do Estado de São Paulo, operando as rodovias durante 24 horas, oferecendo conforto, fluidez e segurança aos usuários.

A CCR SPVias desenvolve também programas sócio-culturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da concessionária. São projetos de educação para o trânsito (Projeto SP Criança “Cuidando da Segurança no trânsito”), de qualidade de vida para os Motoristas (Pit Stop Saúde) e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

2 Projetos sociais

O relacionamento da SPVias com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de uma forma geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros, com reflexo direto em seus habitantes.

- **Projeto SP Criança “Cuidando da Segurança no Trânsito”** - Ensinar e educar são importantes tarefas na formação de um cidadão consciente. O projeto SP CRIANÇA tem como objetivo levar a conscientização e dicas informativas de trânsito para as crianças, no qual se reúne uma série de atividades voltadas à educação no trânsito, tais como jogos, gincanas e palestras. O projeto é desenvolvido em parceria com os municípios limieiros e alinhados com os programas educacionais da Secretaria de Educação. Foram realizados três eventos nos meses de agosto e setembro.
- **Treinamento Rota da Saúde** - Tem como objetivo realizar o treinamento de profissionais da área da saúde dos municípios vizinhos, visando a capacitação e preparação da rede hospitalar de retaguarda para dar continuidade aos primeiros socorros e às equipes de emergência. Foram realizados quatro eventos ao longo do ano.
- **Reunião do PAM (Plano de Auxílio Mútuo)** - O objetivo é reunir recursos e assegurar maior eficiência e conhecimento técnico no atendimento de emergências na região, por meio da união de esforços entre empresas privadas e entidades governamentais em municípios limieiros. Foram realizadas duas reuniões nos meses de março e julho.

3 Recursos humanos / Geração de empregos

Atendendo uma das diretrizes do Grupo CCR, valorizar a mão de obra regional, a CCR SPVias tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades limieiras às rodovias Castello Branco, Antônio Romano Schincariol, Francisco da Silva Pontes, João Mellão, Francisco Alves Negrão e Raposo Tavares, dentro de sua malha viária.

Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 810 empregos diretos e aproximadamente 500 indiretos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos 26 municípios limieiros.

Preocupada com a capacitação de seus colaboradores para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como implantação da ferramenta DISC para avaliação por competência, Programa de Desenvolvimento de Lideranças, além de treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e resgate médico.

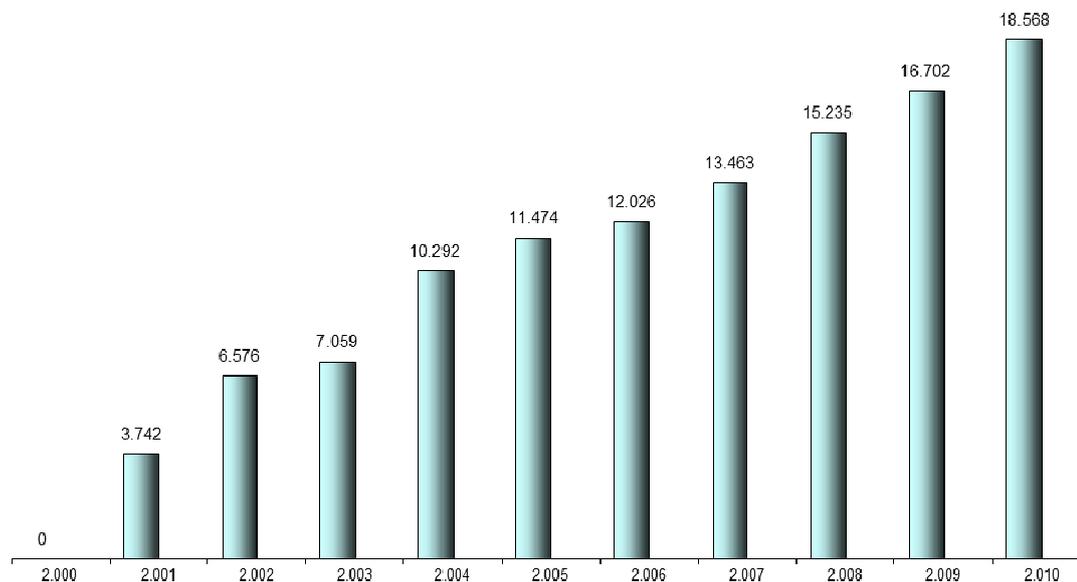
4 Desenvolvimento regional

ISSQN repassado aos municípios

Em 2010, a CCR SPVias recolheu aproximadamente R\$ 18,6 milhões em ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) aos cofres dos 26 municípios que fazem parte da malha rodoviária que administra: Águas de Santa Bárbara, Alambari, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cesário Lange, Iaras, Itaberá, Itai, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Itatinga, Pardinho, Porangaba, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Santa Cruz do Rio Pardo, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, que, juntos, somam aproximadamente 820 mil habitantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR SPVias:

ISSQN - Repassado aos Municípios

2000 à 2010 (valores expressos em R\$ mil)



Lei Rouanet - Projetos Socioculturais

A CCR SPVias através da Lei de Incentivo a Cultura proporcionou ao Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí, a possibilidade de adquirir nos anos de 2009 e 2010, instrumentos musicais de diversas categorias, atendendo a demanda de várias áreas musicais, promovendo a mais de 2.200 alunos, de diversos municípios, estados e países da América Latina, a ampliação de seus conhecimentos e o desenvolvimento técnico musical, gerando cultura e crescimento socioeducativo.

Fundo da Criança e Adolescente - Projetos Sociais

A CCR SPVias, incentivando o crescimento e desenvolvimento socioeducacional da Criança e do Adolescente, atuou fortemente nos projetos sociais de alguns municípios, através da Lei de Incentivo ao Fundo da Criança e Adolescente, proporcionando as condições mínimas de muitas instituições filantrópicas desenvolverem seus trabalhos sociais, sempre visando o crescimento sustentável, amenizando o sofrimento e as desigualdades sociais, e proporcionando a centenas de crianças a possibilidade de obter conhecimentos adicionais e lazer com criatividade e direcionamento pedagógico.

5 Meio ambiente

A fim de preservar o Meio Ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida dos usuários e das comunidades a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências são exemplos destas ações.

Monitoramento e Recuperação de Não Conformidades Ambientais - Trabalhando de maneira preventiva à ocorrência de não-conformidades ambientais, que venham a provocar impactos nos ecossistemas próximos a CCR SPVias inspeciona periodicamente bueiros, canaletas de cristas de taludes, de saias de aterro, detectando pontos críticos de ocorrência.

Recuperação de Passivos Ambientais - A ARTESP estabelece um plano de recuperação de no mínimo 5% do passivo total existente a cada ano de concessão. Até o ano de 2010 a CCR SPVias recuperou 68% dos seus passivos ambientais decorrentes da implantação e/ou operação de suas rodovias, cumprindo 13% além do estabelecido.

Projetos de Reflorestamento com Mudas Nativas - Compromissada com as compensações ambientais geradas ao longo dos anos de concessão, a CCR SPVias já plantou cerca de 137.000 mudas de espécies nativas sendo 10.000 mudas no ano de 2010.

Os locais protegidos estão ligados a importantes rios da região, sendo que alguns destes abastecem cidades do trecho concedido, além de apresentarem grande importância regional.

Semana Nacional do Meio Ambiente - Visando à conscientização da população leilão e colaboradores da empresa, da necessidade de preservação do meio ambiente, a CCR SPVias atua na promoção de sustentabilidade e equilíbrio do sistema, distribuindo cartazes e folders educativos, mudas e sementes para plantio, interagindo diretamente com usuários das rodovias, leilões e colaboradores.

Programa de Atendimento a Emergências - Dentro do Programa de Atendimento a Emergências a CCR SPVias promove eventos de fiscalização e de educação envolvendo o transporte de produtos perigosos. As *blitz* de produtos perigosos são eventos em que se fiscalizam os veículos transportadores, em vista dos riscos adicionais que causam ao longo do trajeto. Têm a finalidade de atuar na conscientização de motoristas e empresas sobre a necessidade de adequação às normas de segurança, e conseqüentemente, reduzir o número de acidentes relacionados.

6 Segurança viária

A CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária.

Essas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registrados 108 óbitos, sendo que, em 2010 foram constatadas 67 mortes, ou seja, uma redução de 38%. Dentre as ações desenvolvidas em 2010 na área de segurança no trânsito, com o envolvimento de aproximadamente 400 mil pessoas, destacam-se:

- **Campanha Verão na Estrada** - A campanha é realizada no período de férias de verão, visando informar o usuário quanto aos riscos a que está sujeito quando não se respeitam as normas de trânsito. O motorista é orientado para que adote uma postura defensiva na condução do seu veículo. Foram realizadas duas campanhas nos meses de Janeiro e Fevereiro.

- Campanha **“Cinto de Segurança. Amarre-se nele!”** - Campanha que visa conscientizar motoristas e passageiros sobre a importância do uso do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro, na qual os usuários que passam pelo local recebem orientações e materiais educativos, além de atendimento de saúde, como verificação do índice de massa corpórea e aferição da pressão arterial. Foram realizadas três campanhas, uma no mês de março e duas no mês de abril.
- **Campanha Inverno “Veja e Seja Visto”** - São campanhas de orientação, com distribuição de material educativo aos usuários, tendo como objetivo a conscientização dos motoristas e passageiros sobre a importância de redobrar os cuidados ao dirigir sob neblina ou queimada. Foram realizadas duas campanhas no mês de junho.
- **Campanha “Atenção Motorista, Cansaço Mata!”** - Sonolência ao dirigir é um grave problema de segurança que pode causar acidentes. Essa campanha de conscientização visa informar aos motoristas que dirigir sem descanso diminui a oxigenação do organismo, causando sono e perda de concentração, que podem provocar acidentes. Foram realizadas duas campanhas, em agosto e setembro.
- **Projeto Pit Stop Motorista, Motociclista e Ônibus** - O Projeto Pit Stop tem a finalidade de beneficiar os condutores de diversos veículos, sendo oferecida ao condutor uma avaliação da sua saúde, bem como uma inspeção veicular, tudo isso em conjunto com a conscientização dos condutores sobre segurança viária. Foram realizadas sete campanhas ao longo do ano.
- **Palestras sobre Segurança Viária** - O programa de redução de acidentes da SPVias está embasado mais uma vez na atuação sobre o elemento humano, considerado principal fator na geração de acidentes de forma geral. Assim, concentramos ações na formação da consciência de segurança rodoviária, atuando com foco no usuário, por meio de realização de palestras em empresas transportadoras de carga, buscando uma mudança comportamental dos motoristas. Foram realizadas seis campanhas ao longo do ano.
- **Blitz de Produtos Perigosos** - Em conjunto com o IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) esse projeto tem como objetivo realizar a fiscalização do transporte de produtos perigosos, tendo em vista o risco adicional que causam ao longo do trajeto. Atua na conscientização de motoristas e empresas sobre a necessidade de adequação às normas de segurança, visando a redução do número de acidentes relacionados a este segmento de transporte. Foi realizada uma campanha no mês de março.
- **Café na Passarela** - Esse projeto é voltado aos pedestres das escolas, operários e comunidades lindeiras, para conscientizar sobre a importância do uso da passarela para uma travessia segura. Foram realizadas seis campanhas ao longo do ano.
- **Simulado de Produtos Perigosos** - O simulado é realizado com a participação integrada de várias entidades envolvidas no atendimento de um acidente desta natureza, incluindo toda a cadeia do produto - indústria, embarcador, transportador, motorista e equipes de emergência. O exercício procura reproduzir uma situação que possibilite aos envolvidos atuar da melhor forma desde a origem até a chegada das vítimas a rede hospitalar. Foi realizada uma campanha no mês de dezembro.

7 Investimentos

A CCR SPVias já investiu cerca de **R\$ 740,7 milhões**, em valores correntes, desde 2000, nas rodovias SP 127, SP 255, SP 258, SP 270 e SP 280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- Rodovia SP 127 Antonio Romano Schincariol (km 105+900 ao km 147+980) 42,08 quilômetros
- Rodovia SP 127 Francisco da Silva Pontes (km 158+060 ao km 213+150) 55,09 quilômetros
 - Duplicação de 55,09 quilômetros entre o km 158+060 e km 213+150;
 - Implantação de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Implantação de 110 quilômetros de acostamentos;
 - Implantação de 5 pontes;
 - Alargamento e/ou Melhoramento de 7 obras de arte especiais;
 - Implantação de 2 passarelas;
 - Implantação de 1 posto de pesagem móvel;
 - Implantação de 2 SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou Melhoria de 19 obras de arte especiais;
 - Implantação de 26 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Implantação de 16 bases para *Call Box*;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 172+600 (obra em execução).
 - Recapeamento de 194,34 quilômetros de pista (dupla).
- Rodovia SP 255 João Mellão (km 237+770 ao km 288+190) 50,42 quilômetros
 - Implantação de 12 quilômetros de faixas adicionais;
 - Implantação de 87 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou Melhoria em 1 obra de arte especial;
 - Implantação de 1 passarela;
 - Implantação de 1 posto de pesagem móvel;
 - Implantação de 1 SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou Melhoria de 13 obras de arte especiais;
 - Implantação de 20 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Recapeamento de 52,42 quilômetros de pista (simples + dupla).
- Rodovia SP 258 Francisco Alves Negrão (km 222+800 ao km 342+670) 119,87 quilômetros
 - Duplicação de 3,48 quilômetros entre o km 222+800 e km 226+280;
 - Implantação de 123 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou Melhoria em 13 obras de arte especiais;
 - Implantação de 3 passarelas;
 - Implantação de 2 postos de pesagem móvel;
 - Implantação de 1 SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou Melhoria de 33 obras de arte especiais;
 - Implantação de 34 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Recapeamento de pista 122,87 quilômetros (simples + dupla).

- Rodovia SP 270 Raposo Tavares (km 115+500 ao km 168+210) 52,71 quilômetros
 - Duplicação de 7,7 quilômetros entre o km 158+400 e km 166+100;
 - Implantação de 6 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Implantação de 8,0 quilômetros de faixas adicionais;
 - Implantação de 92 quilômetros de acostamentos;
 - Alargamento e/ou Melhoria em 3 obras de arte especiais;
 - Implantação de 1 passarela;
 - Implantação de 1 SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou Melhoria de 2 obras de arte especiais;
 - Implantação de 29 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Instalações para a Polícia Militar Rodoviária;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização PGF km 137+400 (obra em execução);
 - Recapeamento de 62,71 quilômetros de pista (simples+dupla).

- Rodovia SP 280 Castello Branco (km 129+600 ao km 315+034) 185,43 quilômetros
 - Duplicação de 1,8 quilômetros entre o km 204+750 e km 206+523 (Serra de Botucatu);
 - Implantação de 2 viadutos (Serra de Botucatu);
 - Implantação de 4 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Melhoramento de 13 dispositivos de entroncamento e retorno;
 - Alargamento e/ou Melhoria em 2 obras de arte especiais;
 - Implantação de 2 postos de pesagem móvel;
 - Implantação de 3 SAU's (Serviço de Atendimento ao Usuário);
 - Recuperação e/ou Melhoria de 75 obras de arte especiais;
 - Implantação de 39 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus;
 - Implantação de 377 bases para *Call Box*;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização PGF quilômetros 134+700 (obra em execução);
 - Recapeamento de 370,86 quilômetros de pista (dupla).

Dentre as obras acima listadas, as principais realizações em 2010 foram:

- Rodovia SP 127 Francisco da Silva Pontes (km 158+060 ao km 213+150) 55,09 quilômetros
 - Recapeamento de 42 quilômetros de pista entre o km 158+060 e km 213+150 ;
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização PGF km 172+600 (obra em execução).

- Rodovia SP 255 João Mellão (km 237+770 ao km 288+190) 50,42 quilômetros
 - Implantação de 1 posto de pesagem móvel.

- Rodovia SP 258 Francisco Alves Negrão (km 222+800 ao km 342+670) 119,87 quilômetros
 - Implantação de 1 posto de pesagem móvel;
 - Recapeamento de 32 quilômetros de pista entre o km 222+800 e km 342+670.

- Rodovia SP 270 Raposo Tavares (km 115+500 ao km 168+210) 52,71 quilômetros
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização PGF km 137+400 (obra em execução).

- Rodovia SP 280 Castello Branco (km 129+600 ao km 315+034) 185,43 quilômetros
 - Duplicação de 1,8 quilômetros entre o km 204+750 e km 206+523 (Serra de Botucatu);
 - Implantação de 2 viadutos (Serra de Botucatu);
 - Recuperação e/ou Melhoria em 1 viaduto (Serra de Botucatu);
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização PGF km 134+700 (obra em execução).
 - Implantação de 150 Bases para *Call Box*;
 - Recapeamento de 28 quilômetros de pista entre o km 129+600 e km 315+034.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Duplicação de 55 quilômetros da SP 127 - km 158+060 e km 213+150

Foram beneficiadas diretamente as populações dos municípios de Itapetininga, São Miguel Arcanjo e Capão Bonito, bem como os 5.000 usuários que trafegam no trecho diariamente. Esta obra proporcionou melhoria no escoamento da produção regional e facilitou a interligação com a região sul do país, tendo sido gerados 400 empregos diretos em sua construção.

Ficha técnica da obra:

- Duplicação de 55 quilômetros entre o km 158+060 e km 213+150;
- Duas faixas de rolamento com 3,50 metros cada;
- Acostamento de 2,80 metros;
- Refúgio de 1 metro;
- Canteiro Central de 4 metros;
- Faixa de domínio da rodovia de 50 metros;
- Onze dispositivos de retorno;
- Implantação de cinco pontes;
- Recuperação e aumento de capacidade de 5 pontes existentes;
- Implantação de uma passarela.

Duplicação de 3,48 quilômetros da Rodovia Francisco Alves Negrão

Foram beneficiadas diretamente as populações dos municípios de Capão Bonito e região, bem como os 5.000 usuários que trafegam no trecho diariamente. Esta obra proporcionou melhoria no escoamento da produção regional e facilitou a interligação com a região sul do país, tendo sido gerados 180 empregos diretos em sua construção.

Ficha técnica da obra:

- Duplicação de 3,48 quilômetros entre o km 222+800 e km 226+280;
- Duas faixas de rolamento com 3,50 metros cada;
- Acostamento de 2,80 metros;
- Refúgio de 1 metro;
- Canteiro central de 4 metros;
- Faixa de domínio da rodovia de 50 metros;
- Um dispositivo de retorno no km 224+900;
- Uma recuperação de obra de arte especial no km 224+700;
- Duas passarelas no km 224+710 e no km 225+430.

Duplicação de 7,7 quilômetros da Rodovia Raposo Tavares

Foram beneficiadas diretamente as populações dos municípios de Itapetininga e sudoeste do Estado, bem como os 12.000 usuários que trafegam no trecho diariamente. Esta obra proporcionou melhoria no escoamento da produção regional e facilitou a interligação com a região sul do país, tendo sido gerados 320 empregos diretos em sua construção.

Ficha técnica da obra:

- Duplicação de 7,7 quilômetros entre o km 158+400 e km 166+100;
- Duas faixas de rolamento com 3,50 metros cada;
- Acostamento de 2,80 metros;
- Refúgio de 1 metro;
- Canteiro central de 4 metros;
- Faixa de domínio da rodovia de 50 metros;
- Seis dispositivos de retorno;
- Recuperação e ou alargamento de duas obras de arte especiais.

Duplicação de 1,8 quilômetro da Rodovia Castello Branco SP 280

Com a duplicação deste trecho da Serra de Botucatu, concluiu-se depois de 40 anos a implantação da SP 280, com as características de seu projeto original. A rodovia, que é uma das melhores do país, propicia mais segurança e conforto aos usuários que acessam a região Oeste do Estado de São Paulo, o Centro-Oeste e Sul do Brasil. Esta melhoria facilitou o escoamento da produção, estimulará a utilização da SP 280 na condição de importante vetor de integração econômica inter-regional e potencializará como excelente alternativa viária, a integração econômica com o Mercosul. Foram gerados 250 empregos diretos.

Ficha técnica da obra:

- Duplicação da Rodovia SP 280, no trecho de Botucatu, do km 204+750 ao km 206+523 tendo a extensão de 1,773 quilometro e execução de trechos de pistas interligando os viadutos com a Pista Oeste;
- Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, implantação de dispositivos de segurança, sinalização horizontal, vertical e paisagismo;
- Execução de 2 viadutos sendo o Viaduto I com 580 metros de extensão e o Viaduto II com 265 metros de extensão (ambos com largura do tabuleiro de 15,80 metros e altura de pilar de até 40 metros);
- Serviço de recuperação e adequação do viaduto III (existente) com extensão de 220 metros.

8 Comunicação com o usuário

A CCR SPVias ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, abertos especialmente para esta finalidade. São eles:

- **0800 703 5030** - telefone de ligação gratuita;
- **Internet** -“Fale Conosco”, por meio do site www.spvias.com.br;

- **Bases SAU** - Postos de atendimento disponibilizados aos usuários e localizados em pontos estratégicos. As bases SAU da CCR SPVias dispõem de um espaço especial para o conforto do usuário, com toaletes, fraldário, mapas informativos da malha viária, telefone para contato direto com o Centro de Controle Operacional além de água, café e chá.
- **Ouvidoria** - É por meio deste canal direto entre a concessionária e o usuário que este pode registrar suas manifestações. Em 2010, recebemos uma média de 220 manifestações por mês, por meio de diferentes canais: 0800, e-mail, telefone e visitas pessoais.

9 Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

10 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos Usuários, fornecedores e instituições financeiras. À nossa equipe de Colaboradores, nosso muito obrigado pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Tatuí, 11 de março de 2011

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade de sua administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

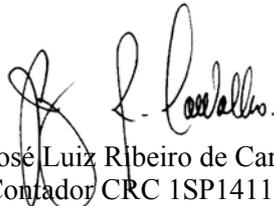
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de janeiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras 2010, examinamos também os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis descritos na Nota 6, os quais foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/09 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/09 (Reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	7	39.437	17.156	15.736	Fornecedores		9.649	39.632	41.705
Contas a receber	8	1.132	18.372	15.201	Empréstimos, financiamentos e leasing	13	184.374	179.593	160.498
Partes relacionadas	10	20.868	-	-	Debêntures	14	822.753	-	-
Despesas antecipadas		1.848	121	1.725	Partes relacionadas	10	7.122	-	-
Outros créditos		149	1.225	1.327	Obrigações sociais e trabalhistas		759	749	639
					Impostos e contribuições a recolher		6.112	5.565	5.559
Total do ativo circulante		63.434	36.874	33.989	Impostos e contribuições parcelados	15	1.995	1.918	1.840
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Realizável a longo prazo				
Ativo fiscal diferido	9 b	59.922	62.254	55.283	Obrigações com o poder concedente	22	1.090	1.007	913
Outros créditos		-	51	158	Provisão de manutenção	17	12.328	27.285	46.959
					Dividendos a pagar	19 c	10.138	-	-
		59.922	62.305	55.441	Comissões a pagar		4.184	2.779	-
					Outras contas a pagar		62	424	617
					Total do passivo circulante		1.060.566	258.952	258.730
Imobilizado	11	16.465	17.202	19.000	Não circulante				
Intangível	12	1.648.112	510.345	490.104	Empréstimos, financiamentos e leasing	13	112.444	100.943	94.308
					Obrigações com o poder concedente	22	30.296	20.842	25.979
Total do ativo não circulante		1.724.499	589.852	564.545	Impostos e contribuições parcelados	15	3.292	4.908	6.442
					Provisão de manutenção	17	23.699	17.533	23.346
					Passivo fiscal diferido	9 b	82.962	78.778	72.234
					Partes relacionadas	10	193.998	-	-
					Receitas antecipadas		551	535	508
					Provisão para contingências	16	2.992	3.185	1.657
					Total do passivo não circulante		450.234	226.724	224.474
					Patrimônio líquido				
					Capital social	19 a	205.225	79.984	75.667
					Reserva de lucros	19 b	71.908	61.066	39.663
					Total do patrimônio líquido		277.133	141.050	115.330
Total do ativo		1.787.933	626.726	598.534	Total do passivo e patrimônio líquido		1.787.933	626.726	598.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	23	355.047	335.638
Custo de serviços prestados		<u>(177.677)</u>	<u>(195.624)</u>
Lucro bruto		177.370	140.014
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(42.681)	(56.104)
Despesas financeiras	24	(70.030)	(51.582)
Receitas financeiras	24	1.179	960
Outras receitas operacionais		<u>320</u>	<u>763</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		66.158	34.051
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	9 a	(16.953)	(8.758)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	9 a	<u>(6.518)</u>	<u>427</u>
Lucro líquido do exercício		<u>42.687</u>	<u>25.720</u>
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em Reais - R\$)	19 d	<u>0,47</u>	<u>0,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
					Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Reapresentado)		79.375	(3.708)	75.667	2.153	37.510	-	115.330
Subscrição de capital conforme AGO de 04 de maio de 2009		609	(609)	-	-	-	-	-
Integralização de capital com reservas de capital conforme AGO em 04 de maio de 2009		-	4.317	4.317	(143)	(4.174)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.720	25.720
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	1.327	-	(1.327)	-
Reserva de retenção lucros		-	-	-	-	24.393	(24.393)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)		79.984	-	79.984	3.337	57.729	-	141.050
Distribuição de dividendos em AGO de 31 de março de 2010	19 c	-	-	-	-	(21.707)	-	(21.707)
Aumento de capital social conforme AGE em 21 de dezembro de 2010	19 a	187	-	187	-	-	-	187
Aumento de capital social conforme AGE em 22 de dezembro de 2010	19 a	125.054	-	125.054	-	-	-	125.054
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.687	42.687
Destinações:								
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(10.138)	(10.138)
Reserva legal	19 b	-	-	-	2.134	-	(2.134)	-
Constituição de reserva de lucros	19 b	-	-	-	-	30.415	(30.415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		205.225	-	205.225	5.471	66.437	-	277.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010	2009 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	42.687	25.720
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.518	(427)
Depreciação e amortização	22.297	18.830
Baixa do ativo imobilizado e intangível	385	427
Capitalização de custo de empréstimos	(2.319)	(4.855)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing	36.865	29.461
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	808	-
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	22.554	35.568
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	8.459	8.524
Constituição (reversão) e juros sobre contingências	(90)	1.528
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	9.454	5.646
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	17.240	(3.171)
Contas a receber partes relacionadas	(20.868)	-
Despesas antecipadas	(1.727)	1.604
Outros créditos	1.127	209
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(29.983)	(2.073)
Fornecedores partes relacionadas	7.122	-
Obrigações sociais e trabalhistas	10	110
Impostos e contribuições	547	6
Impostos e contribuições parcelados	(1.539)	(1.456)
Obrigações com o poder concedente	83	(10.689)
Realização da provisão de manutenção	(39.804)	(69.579)
Liquidação de contingências	(103)	-
Comissões a pagar	1.405	2.779
Receitas antecipadas	15	27
Outras contas a pagar	(362)	(193)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>80.781</u>	<u>37.996</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.993)	(3.730)
Adição ao ativo intangível	(14.148)	(29.115)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(19.141)</u>	<u>(32.845)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debentures, empréstimos, financiamentos e leasing		
Captações	35.781	51.027
Pagamento de principal	(20.428)	(22.273)
Pagamento de juros	(33.005)	(32.485)
Dividendos	(21.707)	-
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento	<u>(39.359)</u>	<u>(3.731)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>22.281</u>	<u>1.420</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17.156	15.736
No final do exercício	<u>39.437</u>	<u>17.156</u>
	<u>22.281</u>	<u>1.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	2010	2009 (Reapresentado)
Receitas		
Receita de pedágio	371.048	333.838
Receita de construção	13.634	28.583
Outras receitas	2.570	2.201
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(175.526)</u>	<u>(210.671)</u>
Valor adicionado bruto	<u>211.726</u>	<u>153.951</u>
Depreciação e amortização	<u>(22.297)</u>	<u>(18.830)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>189.429</u>	<u>135.121</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.179	960
Valor adicionado total a distribuir	<u>190.608</u>	<u>136.081</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	4.860	4.716
Benefícios	3.245	3.306
FGTS	402	271
Outras	138	108
Tributos		
Federais	38.869	21.987
Estaduais	165	187
Municipais	18.574	16.709
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	62.590	45.169
Aluguéis	1.021	1.692
Outorga	18.057	16.216
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	-	-
Lucros retidos do exercício	<u>42.687</u>	<u>25.720</u>
	<u><u>190.608</u></u>	<u><u>136.081</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Shincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito.

Em 11 de março de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos em que são afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 18 - Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 3 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9b - Impostos diferidos;
- Nota 11 - Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 12 - Amortização do intangível;
- Nota 16 - Provisão para contingências;
- Nota 17 - Provisão de manutenção; e
- Nota 20 - Mensuração de instrumentos financeiros.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e na preparação do balanço de abertura em 01 de janeiro de 2009 para fins de transição para as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitidos durante 2009 e 2010, com vigência para 31 de dezembro de 2010.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

ii. Receitas de serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Resolução CFC nº. 1.171/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

iii. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 20.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

c. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber, partes relacionadas e outros créditos.

d. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, leasing e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

e. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

v. Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a capitalização foi a data de início da captação.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, melhor representa os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

vi. Ativos intangíveis

- *Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados*

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- *Direito da concessão - ágio*

O direito da concessão - ágio gerado na incorporação da empresa Vialco Concessões Rodoviárias SPE S.A., é oriundo da aquisição da Companhia e reflete o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

- *Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item xv.*

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vii. Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 18.

viii. Redução ao valor recuperável de ativos

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto e à respectiva elasticidade custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ix. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

x. *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

xi. *Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 Custos de empréstimos.

xii. *Benefícios a empregados*

• *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

xiii. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

xiv. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

xv. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, atribuindo portanto zero de margem.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

xvi. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

xvii. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Algumas normas e emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como não foram emitidos atos normativos pela Comissão de Valores Mobiliários e CPC e, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre essas normas estão:

- *IFRS 9 Financial Instruments*;
- *Limited exemption from Comparative IFRS 7* (Divulgações para adotantes iniciais);
- *Improvements to IFRS 2010*;
- *Prepayment of a minimum fund requirement* (Emenda ao IFRIC 14);
- *Emendas ao IAS 32 (Classification of rights issues)*.

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- *Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida*

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito;
- b. Risco de taxas de juros e inflação; e
- c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para debêntures, empréstimos de capital de giro e aplicações financeiras e da TJLP relativo aos financiamentos em Reais. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 7, 13 e 14.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IGP-M.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamento e debêntures.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

6 Adoção inicial CPC

Base para transição

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas e apresentadas em conformidade com os novos CPC's. A data de transição foi 1º de janeiro de 2009.

Conciliação entre a nova e a antiga prática contábil

As políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira e patrimonial em 01 de janeiro de 2009 (data de transição).

Os ajustes pela aplicação retrospectiva das CPCs descritas abaixo, requeridas pela primeira vez para o exercício findo em 31 de dezembro 2010, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e balanço inicial na data de transição em 01 de janeiro de 2009, e as práticas contábeis anteriores estão apresentadas abaixo:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação entre as demonstrações financeiras conforme adoção das práticas contábeis

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		17.156	-	17.156	15.736	-	15.736
Contas a receber		18.372	-	18.372	15.201	-	15.201
Despesas antecipadas		1.225	-	1.225	1.327	-	1.327
Outros créditos		121	-	121	1.725	-	1.725
Total do ativo circulante		36.874		36.874	33.989		33.989
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Impostos diferidos	(e)	-	62.254	62.254	-	55.283	55.283
Outros créditos		51	-	51	158	-	158
		51	62.254	62.305	158	55.283	55.441
Imobilizado	(a) (b) (c)	398.527	(381.325)	17.202	351.222	(332.222)	19.000
Intangível	(a) (c) (f) (g)	35.602	474.743	510.345	37.720	452.384	490.104
Total do ativo não circulante		434.180	155.672	589.852	389.100	175.445	564.545
Total do ativo		471.054	155.672	626.726	423.089	175.445	598.534

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Fornecedores		39.632	-	39.632	41.705	-	41.705
Empréstimos, financiamentos e leasing		179.593	-	179.593	160.498	-	160.498
Obrigações sociais e trabalhistas		749	-	749	639	-	639
Impostos e contribuições a recolher		5.565	-	5.565	5.559	-	5.559
Impostos e contribuições parcelados		1.918	-	1.918	1.840	-	1.840
Obrigações com o poder concedente		1.007	-	1.007	913	-	913
Provisão de manutenção	(d)	-	27.285	27.285	-	46.959	46.959
Comissões a pagar		2.779	-	2.779	-	-	-
Outras contas a pagar		424	-	424	617	-	617
Total do passivo circulante		231.667	27.285	258.952	211.771	46.959	258.730
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e leasing		100.943	-	100.943	94.308	-	94.308
Obrigações sociais e trabalhistas		20.842	-	20.842	25.979	-	25.979
Impostos e contribuições a recolher		4.908	-	4.908	6.442	-	6.442
Provisão de manutenção	(d)	-	17.533	17.533	-	23.346	23.346
Impostos diferidos	(e)	-	78.778	78.778	-	72.234	72.234
Receitas antecipadas		535	-	535	508	-	508
Provisão para contingências		3.185	-	3.185	1.657	-	1.657
		130.413	96.311	226.724	128.894	95.580	224.474
Total do passivo não circulante		130.413	96.311	226.724	128.894	95.580	224.474
Patrimônio líquido							
Capital social		79.984	-	79.984	75.667	-	75.667
Reservas de lucros	(b) (c) (d) (e) (f)	28.990	32.076	61.066	6.757	32.906	39.663
		-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		108.974	32.076	141.050	82.424	32.906	115.330
Total do passivo e patrimônio líquido		471.054	155.672	626.726	423.089	175.445	598.534

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações de resultados

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Receita operacional bruta				
Receita de pedágio		333.838	-	333.838
Receita de construção	(g)	-	28.583	28.583
Outras receitas		2.201	-	2.201
		336.039	28.583	364.622
Deduções da receita bruta		(28.984)	-	(28.984)
Receita operacional líquida		307.055	28.583	335.638
Custos dos serviços prestados	(b) (c) (d) (f) (h)	(169.453)	(26.171)	(195.624)
Lucro Bruto		137.602	2.412	140.014
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas		(56.104)	-	(56.104)
Despesas financeiras (*)	(c) (d)	(47.913)	(3.669)	(51.582)
Receitas financeiras		960	-	960
Outras receitas operacionais		763	-	763
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		35.308	(1.257)	34.051
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(8.758)	-	(8.758)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(e)	-	427	427
Lucro líquido do exercício		26.550	(830)	25.720
Lucro por ação - básico e diluído - R\$		0,34	-	0,33

(*) Considera ajuste a valor presente da provisão de manutenção no montante de R\$ 8.524 e está deduzido de custo de empréstimos capitalizados no montante de R\$ 4.855.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		26.550	(830)	25.720
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b) (c) (d) (f)	-	(427)	(427)
Depreciação e amortização	(b) (c)	60.953	(42.123)	18.830
Baixa do ativo imobilizado e intangível	(b) (c) (d) (f)	440	(13)	427
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	-	(4.855)	(4.855)
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	(d)	-	35.568	35.568
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(d)	-	8.524	8.524
Varição monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente		1.528	-	1.528
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing		5.646	-	5.646
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas		29.461	-	29.461
		98.028	(3.326)	94.702
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber		(3.171)	-	(3.171)
Despesas antecipadas		1.604	-	1.604
Outras créditos		209	-	209
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores		(2.073)	-	(2.073)
Obrigações sociais e trabalhistas		110	-	110
Impostos e contribuições		6	-	6
Impostos e contribuições parcelados		(1.456)	-	(1.456)
Obrigações com o poder concedente		(10.689)	-	(10.689)
Realização da provisão de manutenção	(d)	-	(69.579)	(69.579)
Comissões a pagar		2.779	-	2.779
Receitas antecipadas		27	-	27
Outras contas a pagar		(193)	-	(193)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		111.731	(73.735)	37.996
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(a) (b) (c) (d) (f)	(106.580)	102.850	(3.730)
Adição ao ativo intangível	(a) (b) (c) (d) (f)	-	(29.115)	(29.115)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(106.580)	73.735	(32.845)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Debentures, Empréstimos, financiamentos e leasing				
Captações		51.027	-	51.027
Pagamento de Principal		(22.273)	-	(22.273)
Pagamento de Juros		(32.485)	-	(32.485)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(3.731)	-	(3.731)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.420	-	1.420
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		15.736	-	15.736
No final do exercício		17.156	-	17.156
		1.420	-	1.420

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do valor adicionado

	Nota	2009		
		Antes dos Ajustes	Ajustes	Ajustado
Receitas				
Receita de pedágio		333.838	-	333.838
Receita de construção	(g)	-	28.583	28.583
Outras receitas		2.201	-	2.201
Insumos adquiridos de terceiros	(d) (h)	(142.376)	(68.308)	(210.684)
Valor adicionado bruto		<u>193.663</u>	<u>(39.725)</u>	<u>153.938</u>
Depreciação e amortização	(b) (c) (f)	<u>(60.954)</u>	<u>42.137</u>	<u>(18.817)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>132.709</u>	<u>2.412</u>	<u>135.121</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		<u>960</u>	<u>-</u>	<u>960</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>133.669</u>	<u>2.412</u>	<u>136.081</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta		4.716	-	4.716
Benefícios		3.306	-	3.306
FGTS		271	-	271
Outras		108	-	108
		-	-	-
Tributos				
Federais	(e)	22.414	(427)	21.987
Estaduais		187	-	187
Municipais		16.709	-	16.709
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(c) (d)	41.500	3.669	45.169
Aluguéis		1.692	-	1.692
Outorga		16.216	-	16.216
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos		-	-	-
Lucros retidos do exercício	(b) (c) (d) (e) (f)	<u>26.550</u>	<u>(830)</u>	<u>25.720</u>
		<u>133.669</u>	<u>2.412</u>	<u>136.081</u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos ajustes efetuados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 por natureza de ajuste:

	Nota	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>			
<i>Patrimônio líquido (prática contábil anterior)</i>		108.974	82.424
Ajustes referente a Contratos de Concessão			
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(120.753)	(116.597)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	306.261	250.769
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(59.507)	(47.112)
Provisão de manutenção			
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(44.818)	(70.305)
Realização da provisão de manutenção	(d)	(69.579)	-
Custos de Empréstimos			
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	41.415	36.560
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(63)	(51)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(4.356)	(3.407)
Impostos Diferidos	(e)	<u>(16.524)</u>	<u>(16.951)</u>
<i>Patrimônio líquido conforme CPC's</i>		<u>141.050</u>	<u>115.330</u>
<u>Ajustes no Resultado do Exercício</u>			
	Nota	<u>31/12/2009</u>	
<i>Lucro Líquido do exercício (prática contábil anterior)</i>		26.550	
Ajustes referente a Contratos de Concessão			
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(4.156)	
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	55.492	
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(12.395)	
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(44.092)	
Custos de Empréstimos			
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	4.855	
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(12)	
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(949)	
Impostos Diferidos	(e)	<u>427</u>	
<i>Lucro Líquido do Exercício conforme CPC's</i>		<u>25.720</u>	

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Detalhamentos sobre a transição para as CPC's:

- a. Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível;
- b. Reclassificação de ativos imobilizados para custo (gastos não periódicos para recomposição/revitalização de ativos);
- c. Custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados;
- d. Constituição da provisão de manutenção e ajuste a valor presente;
- e. Reclassificação de imposto diferido de curto prazo para longo prazo e contabilização do imposto diferido sobre os ajustes da adoção inicial;
- f. Adoção da amortização pela curva de benefício econômico;
- g. Receita de construção; e
- h. Custo de construção.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	5.174	6.105	5.854
Aplicações financeiras	<u>34.263</u>	<u>11.051</u>	<u>9.882</u>
	<u><u>39.437</u></u>	<u><u>17.156</u></u>	<u><u>15.736</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada. As mesmas foram remuneradas à taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), equivalente a 9,81% ao ano (9,89% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 12,58% a.a. em 1º de janeiro de 2009).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Pedágio Eletrônico, Vale pedágio e cupons a receber	874	18.101	14.899
Ocupação da faixa de domínio e acessos	258	271	302
	<u>1.132</u>	<u>18.372</u>	<u>15.201</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos a vencer	874	18.105	14.955
Créditos em atraso até 60 dias	1	3	8
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	257	264	238
	<u>1.132</u>	<u>18.372</u>	<u>15.201</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2010		31/12/2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	66.158	66.158	34.051	34.051
Ajustes para o cálculo dos impostos				
Adições				
Ativo imobilizado reclassificado para custo	4.969	4.969	4.158	4.158
Amortização do ativo Intangível- direito de exploração de infraestrutura	19.599	19.599	17.285	17.285
Amortização de custo de empréstimos capitalizados	1.176	1.176	961	961
Provisão da manutenção - constituição	22.554	22.554	35.568	35.568
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	8.459	8.459	8.523	8.523
Custo de construção	13.634	13.634	28.583	28.583
Provisões - diferenças temporárias	3.476	3.476	1.528	1.528
Despesas indedutíveis	872	872	345	345
Despesas com incentivos fiscais	382	382	-	-
Amort. Direito de Concessão - Ágio pela curva de benefício econômico	629	629	-	-
Total das Adições	75.750	75.750	96.951	96.951
Exclusões				
Depreciação de Obras lançadas no custo	(1.004)	(1.004)	(762)	(762)
Depreciação fiscal linear do ativo intangível	(30.390)	(30.390)	(32.636)	(32.636)
Capitalização dos custos de empréstimos	(2.319)	(2.319)	(4.855)	(4.855)
Depreciação fiscal de obras qualificadas na provisão de manutenção	(35.667)	(35.667)	(26.983)	(26.983)
Receita de construção	(13.634)	(13.634)	(28.583)	(28.583)
Amortização linear do direito de concessão - ágio	(1.003)	(1.003)	-	-
Reversão de provisões dedutíveis - diferenças temporárias	(492)	(492)	(10.785)	(10.785)
	(84.509)	(84.509)	(104.604)	(104.604)
Base de cálculo dos impostos	57.399	57.399	26.398	26.398
Impostos correntes	12.343	4.610	6.382	2.376
Diferenças temporárias	19.167	19.167	(1.259)	(1.259)
Impostos diferidos	4.792	1.726	(315)	(112)
Total de impostos correntes e diferidos	17.135	6.336	6.067	2.264
Alíquota efetiva	26%	10%	25%	9%

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo não circulante			
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	5.679	4.330	3.176
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	41.993	42.685	28.203
Constituição da provisão de manutenção (c)	12.250	15.239	23.904
	<u>59.922</u>	<u>62.254</u>	<u>55.283</u>
Passivo não circulante			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(69.868)	(66.199)	(60.979)
Custos de empréstimos capitalizados (e)	(12.967)	(12.579)	(11.255)
Amortização linear do Direito da Concessão - Ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(127)	-	-
	<u>(82.962)</u>	<u>(78.778)</u>	<u>(72.234)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

(a) Depreciação de obras reclassificadas para o custo: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas novas práticas contábeis;

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas novas práticas contábeis;
- (c) Constituição da provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b”;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Custos de empréstimos capitalizados: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis;
- (f) Amortização do direito da concessão - ágio: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a amortização fiscal (linear) e a contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>		
	<u>Serviços Prestados</u>	<u>Ativo Circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>
CCR S.A. (Divisão Actua) (a)	68	-	-	-
CCR S.A. (b)	801	-	-	192.058
Actua Assessoria S.A (b)	8	-	-	1.940
Consórcio de Rodovias Integradas - CORI (c)	22.191	-	7.122	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (d)	-	20.868	-	-
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>23.068</u>	<u>20.868</u>	<u>7.122</u>	<u>193.998</u>

- (a) Refere-se a prestação de serviços de assessoria contábil, financeiro, suprimentos, frota, gestão de pessoas e jurídico.
- (b) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 115% a.a. do CDI. O vencimento previsto para o contrato é 17 de outubro de 2016. A taxa de remuneração é equivalente à praticada no mercado, na data em que a transação foi realizada;
- (c) Refere-se a prestação de serviços de conservação de rotina e manutenção de rodovias, manutenção de operações, inspeção de tráfego, guincho, fornecimento de mão de obra para operação do sistema de arrecadação e serviço de atendimento pré-hospitalar, executados sob responsabilidade e às exclusivas expensas do Consórcio; e
- (d) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Imobilizado

Taxa média anual de depreciação %	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	1.733	(1.139)	594	1.681	(997)	684	1.564	(786)	778
Máquinas e equipamentos	16.069	(7.654)	8.415	13.341	(5.952)	7.389	12.320	(4.229)	8.091
Veículos	11.799	(7.627)	4.172	11.164	(5.938)	5.226	10.187	(4.339)	5.848
Instalações e edificações	613	(166)	447	601	(113)	488	564	(62)	502
Sistemas operacionais	11.481	(8.646)	2.835	11.130	(7.715)	3.415	10.380	(6.599)	3.781
Imobilizado em andamento	2	-	2	-	-	-	-	-	-
	41.697	(25.232)	16.465	37.917	(20.715)	17.202	35.015	(16.015)	19.000

Movimentação do custo

	01/01/2009			31/12/2009			31/12/2010		
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Adições	Baixas	Custo	Adições	Baixas
Móveis e utensílios	1.564	121	(4)	1.681	68	(16)	1.733		
Máquinas e equipamentos	12.320	1.111	(90)	13.341	2.855	(127)	16.069		
Veículos	10.187	1.640	(663)	11.164	1.336	(701)	11.799		
Instalações e edificações	564	37	-	601	12	-	613		
Sistemas operacionais	10.380	821	(71)	11.130	720	(369)	11.481		
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2	-	2		
	35.015	3.730	(828)	37.917	4.993	(1.213)	41.697		

Movimentação da depreciação

	01/01/2009			31/12/2009			31/12/2010		
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Baixas
Móveis e utensílios	(786)	(215)	4	(997)	(151)	9	(1.139)		
Máquinas e equipamentos	(4.229)	(1.768)	45	(5.952)	(1.799)	97	(7.654)		
Veículos	(4.339)	(2.076)	477	(5.938)	(2.211)	522	(7.627)		
Instalações e edificações	(62)	(51)	-	(113)	(53)	-	(166)		
Sistemas operacionais	(6.599)	(1.169)	53	(7.715)	(1.194)	263	(8.646)		
	(16.015)	(5.279)	579	(20.715)	(5.408)	891	(25.232)		

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 103 desde o início das concessões até 1º de janeiro 2009.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Intangível

	Taxa anual de amortização -	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (*)		589.954	(79.957)	509.997	573.878	(63.866)	510.012	540.171	(50.518)	489.653
Direitos de uso de sistemas informatizados 20		3.160	(2.670)	490	2.836	(2.503)	333	2.753	(2.302)	451
Direito da Concessão - ágio (a) (*)		1.138.254	(629)	1.137.625	-	-	-	-	-	-
		<u>1.731.368</u>	<u>(83.256)</u>	<u>1.648.112</u>	<u>576.714</u>	<u>(66.369)</u>	<u>510.345</u>	<u>542.924</u>	<u>(52.820)</u>	<u>490.104</u>

Movimentação do custo

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Custo	Adições	Baixas	
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	540.171	33.887	(180)	573.878	16.141	(65)	589.954
Direitos de uso de sistemas informatizados	2.753	83	-	2.836	324	-	3.160
Direito da Concessão - ágio (a)	-	-	-	-	1.138.254	-	1.138.254
	<u>542.924</u>	<u>33.970</u>	<u>(180)</u>	<u>576.714</u>	<u>1.154.719</u>	<u>(65)</u>	<u>1.731.368</u>

Movimentação da amortização

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010		Amortização
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização	Adições	Baixas	
Direitos de exploração da infraestrutura	(50.518)	(13.350)	2	(63.866)	(16.093)	2	(79.957)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.302)	(201)	-	(2.503)	(167)	-	(2.670)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	-	-	-	-	-	-	-
Direito da Concessão - ágio (a)	-	-	-	-	(629)	-	(629)
	<u>(52.820)</u>	<u>(13.551)</u>	<u>2</u>	<u>(66.369)</u>	<u>(16.889)</u>	<u>2</u>	<u>(83.256)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico, quando direito da concessão - ágio.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O direito da concessão - ágio recebido na incorporação reversa da Vialco Concessões Rodoviárias SPE S.A.. é oriundo da aquisição da Companhia e reflete o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.
- (b) Do montante de R\$ 589.954 em 31 de dezembro de 2010 R\$ 13.345 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários, as principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:
- Posto Geral de Fiscalização Km 137+000 - SP280 Pista Oeste (Km 134+700)
 - Posto Geral de Fiscalização Km 143+600 - SP270 Pista Oeste (Km 137+400)
 - Posto Geral de Fiscalização Km 179+800 - SP127 Pista Oeste (Km 172+000)
 - Projeto executivo - Duplicação da Rodovia SP258.
 - Projeto executivo - Duplicação da Rodovia SP270.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 2.319 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 4.855 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 36.457 desde o início das concessões até 1º de janeiro 2009. A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,06% a.a. durante o exercício de 2010 (em média, 0,16% a.a. durante o exercício de 2009).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Empréstimos, financiamentos e leasing

	Taxas Contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimentos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Em moeda nacional								
1. BNDES (1)	TJPL + 5,5%	N/I	-	-	15 de outubro de 2013	21.345	28.981	36.825
2. BNDES (1)	UMBNDDES + 5,5%	N/I	-	-	15 de outubro de 2013	2.293	3.223	5.467
3. BNDES (2)	TJPL + 2,8%	N/I	-	-	15 de julho de 2018	51.711	53.423	26.802
4. CAIXA (1)	TJPL + 5,5%	N/I	-	-	15 de outubro de 2013	21.345	29.234	36.825
5. CAIXA (1)	UMBNDDES + 5,5%	N/I	-	-	15 de outubro de 2013	2.293	3.223	5.467
6. Banco Santander S.A. (3)	CDI + 3,75%	N/I	-	-	30 de julho de 2015	46.023	23.420	23.335
7. Banco Itaú S.A. (3)	CDI + 3,75%	N/I	-	-	30 de julho de 2015	-	84.622	86.867
8. Capital de Giro - HSBC Bank Brasil S.A. (3)	CDI + 5,5%	N/I	-	-	19 de fevereiro de 2010	-	5.271	6.818
9. Capital de Giro - Banco Fibra S.A. (3)	CDI + 4,5%	N/I	-	-	17 de fevereiro de 2010	-	5.074	-
10. Capital de Giro - Banco ABC Brasil S/A (3)	CDI + 5,5%	N/I	-	-	12 de março de 2010	-	10.282	-
11. Capital de Giro - Banco Citibank S/A (3)	CDI + 4,8%	N/I	-	-	17 de fevereiro de 2010	-	10.477	-
12. Banco Bradesco S.A. (3)	116,5% do CDI	N/I	-	-	28 de setembro de 2011	148.077	20.692	20.221
13. Diversos (leasing) (4)	CDI + 1,05% a.a. a 2,49% a.a	N/I	-	-	11 de dezembro de 2013	3.731	2.614	6.179
Total						296.818	280.536	254.806
Total circulante						184.374	179.593	160.498
Total não circulante						112.444	100.943	94.308

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	-	-	19.296
2011	-	25.307	21.592
2012	35.151	24.721	21.141
2013	30.265	24.482	21.141
Após 2013	47.028	26.433	11.138
	112.444	100.943	94.308

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas contratuais. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 28 de março de 2003, a Companhia firmou dois contratos de Financiamento junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal, no valor total de R\$ 134.800 mil, sendo R\$ 107.840 mil ref. “subcrédito A”, e R\$ 26.960 mil ref. “subcrédito B”, destinados a investimentos de duplicação da rodovia SP-127, construção de praças de pedágio e outros investimentos nas rodovias constituintes do Lote 20. A amortização do principal se dará em noventa e seis parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de abril de 2003 e 15 de setembro de 2005, e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desses contratos são de 5,5% a.a. mais TJLP para o “subcrédito A” e 5,5% a.a. mais UMBNDES para o “subcrédito B”.
2. Em 07 de julho de 2008, a Companhia firmou contrato de Financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 52.526 mil ref. “subcrédito A”, destinado ao plano de investimentos das rodovias constituintes do Lote 20. A amortização do principal se dará em noventa e três parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2010 e 15 de julho de 2018. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2008 e 15 de outubro de 2010, e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desses contratos são de 2,8% a.a. mais TJLP.
3. Entre os anos de 2008 e 2010 a Companhia firmou contratos de empréstimos indexados pelo CDI mais SPREAD bancário, junto às Instituições Financeiras relacionadas acima, destinados a fazerem frente ao plano de investimentos no período compreendido.
4. Ao longo dos anos de 2008 a 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil financeiro junto ao Banco Itaú, Safra, Bradesco e HSBC, no montante total de R\$ 2.879, com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de CDI + 1,05% a.a a 2,49% a.a. destinado substancialmente à compra de caminhões, guinchos, ambulâncias e veículos para utilização na administração. A amortização do principal e o pagamento dos juros se darão em 36 parcelas mensais entre abril de 2008 e dezembro de 2013.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	31/12/2010
Debêntures Série Única	116,5% do CDI	N/I	-	-	28 de Setembro de 2011	822.753
Total						822.753
Debêntures						822.753
Custo de transação						-
Total circulante						822.753

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 13 de dezembro de 2010, a Companhia emitiu 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em séries únicas, com valor nominal total de emissão de R\$ 817.387 mil.

A remuneração da debênture de série única será baseada na variação acumulada de 116,5% do CDI a.a.

O vencimento final das Debêntures ocorrerá em 28 de setembro de 2011, onde a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescidos dos juros remuneratórios devidos, calculados na forma prevista na Escritura.

Como garantia da emissão das debêntures, para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas na Escritura, a Interviente Garantidora presta fiança em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos da Escritura.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
IRPJ (1)	1.471	1.414	1.357
CSLL (1)	<u>524</u>	<u>504</u>	<u>483</u>
	<u>1.995</u>	<u>1.918</u>	<u>1.840</u>
Não circulante			
IRPJ (1)	2.206	3.536	4.750
CSLL (1)	786	1.260	1.692
IRPJ (2)	248	102	-
CSLL (2)	<u>52</u>	<u>10</u>	<u>-</u>
	<u>3.292</u>	<u>4.908</u>	<u>6.442</u>

- (1) Em 30 de junho de 2003 a Companhia solicitou parcelamento de débitos de impostos federais (IRPJ e CSLL), por meio da adesão ao Parcelamento Especial - PAES, em 120 parcelas mensais, ajustados com base na variação da TJPL a partir de 30 de julho de 2003. A Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente no pagamento dos impostos, contribuições e demais obrigações fiscais correntes, como condição essencial à manutenção do Parcelamento Especial - PAES. O não cumprimento dessa condição acarretará na aplicação das penalidades previstas em legislação específica, que entre outras, prevê o cancelamento do parcelamento.
- (2) Em 18 de agosto de 2009, a Companhia solicitou parcelamento de débitos de imposto de renda e contribuição social, referente a divergência de preenchimento de PER-DCOMP em 2004 identificado pela Receita Federal do Brasil em 2009 e 2010. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil deste pedido de adesão.

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>01/01/2009</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>		
		Saldo Inicial	Constituição / reversão de provisão	Realização	Total
Não circulante					
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	1.521	2.881	(2)	(103)	2.776
Trabalhistas	136	304	(88)	-	216
Total	<u>1.657</u>	<u>3.185</u>	<u>(90)</u>	<u>(103)</u>	<u>2.992</u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 1.432 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.220 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.321 em 1º de janeiro de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Provisão de manutenção

	<u>01/01/2009</u>		<u>31/12/2009</u>			<u>31/12/2010</u>					
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante											
Provisão de manutenção	46.959	19.054	4.445	(69.579)	26.406	27.285	9.985	3.108	(39.804)	11.754	12.328
Não circulante											
Provisão de manutenção	23.346	16.514	4.079	-	(26.406)	17.533	12.569	5.351	-	(11.754)	23.699

O saldo de abertura, na data de transição, e os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão no exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010 o montante provisionado corresponde a R\$ 45.864 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 59.561 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 85.284 em 1º de janeiro de 2009).

18 Arrendamento mercantil

Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 3.386 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 351 relativos a despesas financeiras.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
	31/12/2010	31/12/2010
Até um ano	2.015	1.964
Acima de um ano e até cinco anos	1.813	1.767

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 21 de dezembro de 2010 a Administração da Companhia aprovou em razão da incorporação das empresas Multivias, da Latinoamericana e Holding G4 o aumento de capital social de 186.648 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, passando de 79.984.182 para 80.170.830 ações ordinárias.

Em 22 de dezembro de 2010 a Administração da Companhia aprovou em razão da incorporação da empresa Vialco o aumento de capital social de 125.054.233 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, passando de 80.170.830 para 205.255.063 ações ordinárias.

A movimentação das ações ordinárias e durante o exercício está abaixo demonstrada:

	Saldo em 31/12/2009	Novas emissões	Saldo em 31/12/2010
Ações ordinárias	<u>74.984.182</u>	<u>130.240.881</u>	<u>205.225.063</u>
Total	<u><u>74.984.182</u></u>	<u><u>130.240.881</u></u>	<u><u>205.225.063</u></u>

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2010, foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 21.707, sobre o saldo de reserva de retenção de lucros de 2009.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício	42.687
(-) Reserva legal	<u>(2.134)</u>
	<u>40.553</u>
Dividendo mínimo obrigatório	10.138
(-) Dividendos intermediários	-
Dividendos a pagar	10.138

d. Resultado por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 - Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do resultado por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	42.687	25.720
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	90.420.922	78.544.859
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,47	0,33

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR (CCR S.A.) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo	Total
Ativos												
Aplicações financeiras	34.263	-	-	34.263	11.051	-	-	11.051	9.882	-	-	9.882
Contas a receber de clientes	-	1.132	-	1.132	-	18.372	-	18.372	-	15.201	-	15.201
Partes relacionadas	-	20.868	-	20.868	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	149	-	149	-	1.276	-	1.276	-	1.485	-	1.485
Passivos												
Empréstimos	-	-	(194.274)	(194.274)	-	-	(159.838)	(159.838)	-	-	(137.241)	(137.241)
Financiamentos	-	-	(98.813)	(98.813)	-	-	(118.084)	(118.084)	-	-	(111.386)	(111.386)
Debêntures	-	-	(822.753)	(822.753)	-	-	-	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	(3.731)	(3.731)	-	-	(2.614)	(2.614)	-	-	(6.179)	(6.179)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(9.711)	(9.711)	-	-	(40.056)	(40.056)	-	-	(42.322)	(42.322)
Partes relacionadas - fornecedores	-	-	(7.122)	(7.122)	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas - mútuo	-	-	(193.998)	(193.998)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	34.263	22.149	(1.330.402)	(1.273.990)	11.051	19.648	(320.592)	(289.893)	9.882	16.686	(297.128)	(270.560)

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, partes relacionadas ativas e outros créditos**- São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Leasing, partes relacionadas passivas, fornecedores e outras contas a pagar** - Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Empréstimos e Debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2010</u>		<u>31/12/2009</u>		<u>01/01/2009</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	822.753	834.105	-	-	-	-
Empréstimos	194.274	198.804	159.838	159.838	137.241	137.241

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo e UMBNDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, esses financiamentos são relativos a operações de “Project Finance” (financiamentos do BNDES).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Aplicações financeiras	34.263	11.051	9.882

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil - R\$ 15.000;
- Riscos de Engenharia - Conservação e Manutenção - R\$ 9.016;
- Riscos de Engenharia - Ampliação e Melhoramentos - R\$ 8.400;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais - R\$ 595.480;
- Perda de Receita - R\$ 27.893.

22 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga variável

	Valor nominal			Valor presente		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo circulante (1)	1.090	1.007	913	1.090	1.007	913
Passivo não circulante (2)	37.902	31.624	25.979	30.296	20.842	25.979
Direito de outorga variável	38.992	32.631	26.892	31.386	21.849	26.892

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.
- (2) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtidas no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007, com vencimento para pagamento de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelos mesmos padrões e critérios utilizados para a recomposição da equação econômico-financeira do Contrato. Tal diferimento está em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 15 do Contrato de Concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado com base na média da taxa estabelecida como retorno de capital próprio, e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro, estabelecida como de retorno do capital de terceiros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a ajuste a valor presente os montantes de R\$ 3.176 relativos a despesas financeiras.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2010, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2011	1.090	1.090
2012	20.536	17.262
2013	<u>17.366</u>	<u>13.034</u>
Total	<u><u>38.992</u></u>	<u><u>31.386</u></u>

No decorrer do período, foi gerado ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.779 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.570 em 31 dezembro de 2009).

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 552.148 (R\$ 594.526 em 31 de dezembro de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

23 Receitas

	2010	2009
Receita com arrecadação de pedágio	371.048	333.838
Receita de construção	13.634	28.583
Outras receitas	<u>2.570</u>	<u>2.201</u>
	<u>387.252</u>	<u>364.622</u>
Receitas Brutas	387.252	364.622
Menos:		
Impostos sobre receitas	<u>(32.205)</u>	<u>(28.984)</u>
Total das receitas	<u>355.047</u>	<u>335.638</u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Resultado financeiro

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(36.865)	(29.461)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(15.604)	(11.800)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	(9.454)	(5.646)
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	(8.459)	(8.524)
Juros e variação monetárias sobre mútuos	(808)	-
IOF	(736)	(414)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(423)	(592)
Capitalização de custo de empréstimos	2.319	4.855
	<u>(70.030)</u>	<u>(51.582)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.172	950
Juros e outras receitas financeiras	7	10
	<u>1.179</u>	<u>960</u>

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Márcio José Batista	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel	Diretor Presidente
Rogério Lima de Sá Fortes	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3